



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

TARD: 830/2018

**TERMO DE ASSUNÇÃO E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.**

**CREDOR:** DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, REPRESENTADO PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ.

**DEVEDOR:** COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

**PERMISSÃO:** UTILIZAÇÃO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS FEDERAIS BR-116/CE, BR-020/CE E BR-304/CE COM OCUPAÇÃO LONGITUDINAL E TRAVESSIAS PARA OPERAÇÃO DE GASODUTO.

**1) DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES**

**1.1) CREDOR** - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, , criado pela Lei nº. 10.233, de 5 de junho de 2001, e Decreto nº. 8.498, de 10 de julho de 2015, modificado pelo Decreto nº 8.990, de 15 de fevereiro de 2017, com sede em Brasília/DF - Setor de Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 3, lote A, CEP 70.040-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominada DNIT ou PERMISSOR, representado pelo Superintendente Regional no Estado do Ceará, a Sra. **LÍRIS SILVEIRA CAMPELO CARNEIRO**, brasileira, casada, engenheira, portadora de registro nº. 14504 - CREA/CE, CPF nº. 525.375.793-72, conforme inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017.

**1.2) DEVEDOR** - COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP 60.830-005, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.759.185/0001-96, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, **HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/CF sob o nº 074.179.208-70, com poderes bastantes, conforme documentos constantes do processo administrativo nº 50600.012178/2011-73 e 50603.000600/2018-94.

**2) DO FUNDAMENTO LEGAL** - Alínea "d", artigo 1º do Decreto Lei nº 512, de 21/03/1969; artigo 103 do Código Civil Brasileiro, artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; inciso VIII do artigo 82 e inciso IV do artigo 89 da Lei nº. 10.233, de 05/05/2001, inciso III e § único do Artigo 124 do Regimento Interno do DNIT, anexo à Resolução nº 10, de 31/01/2007, do CA/DNIT, Resolução nº 11, de 27/03/2008, publicada no DOU de 11/04/2008; Portaria/DG nº 524, de 19/05/2008, publicada no DOU de 20/05/2008; Portaria/DG nº 529, de 21/05/2008, publicada no DOU de 23/05/2008; inciso II do art. 6º da Portaria nº 236, de 08/02/2017, publicada no DOU de 09/02/2017, com retificação publicada no DOU de 10/02/2017,







MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

TARD: 830/2018

e lavratura devidamente autorizada no despacho do Sr. Superintendente Regional no Estado do Ceará, conforme consta do Processo Administrativo nº. 50600.012178/2011-73 e 50603.000600/2018-94.

**3) DA FINALIDADE** – O presente instrumento tem por objetivo a assunção e reconhecimento de dívida decorrente da ocupação da faixa de domínio das Rodovias Federais BR-116/CE, BR-020/CE e BR-304/CE, numa extensão total de 34.695,6m por 1,50m de largura, perfazendo uma área total de 52.043,40m<sup>2</sup>, referente ao período de 25/11/2016 a 30/09/2018, do qual trata o processo administrativo 50600.012178/2011-73 e 50603.000600/2018-94.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** – O presente instrumento tem por objetivo a ASSUNÇÃO E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA decorrente da ocupação da faixa de domínio das Rodovias Federais BR-116/CE, BR-020/CE e BR-304/CE, referente ao período de 25/11/2016 a 30/09/2018, que está sendo tratado no processo administrativo nº 50600.012178/2011-73 e 50603.000600/2018-94, conforme parágrafos abaixo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – o DEVEDOR por meio deste instrumento reconhece a existência de dívida em favor do CREDOR no valor de R\$ 401.097,96 (quatrocentos e um mil, noventa e sete reais e noventa e seis centavos) decorrente da ocupação da faixa de domínio das Rodovias Federais BR-116/CE, BR-020/CE e BR-304/CE, a qual era objeto do antigo CPEU nº 699/2011, referente ao período de 25/11/2016 a 30/09/2018.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ocupação da faixa de domínio teve início com o Contrato nº 699/2011, e continuará com o novo Contrato de Continuação nº 829/2018, que também vem sendo tratado no processo administrativo nº 50600.012178/2011-73 e 50603.000600/2018-94, e que deverá ser imediatamente assinado após a quitação deste Termo de Assunção e Reconhecimento de Dívida.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O DEVEDOR assume e reconhece a dívida no valor constante da cláusula PRIMEIRA, sendo que se compromete a liquidar a referida dívida no valor de R\$ 401.097,96 (quatrocentos e um mil, noventa e sete reais e noventa e seis centavos), em parcela única, corrigida monetariamente conforme legislação vigente, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da publicação deste instrumento no DOU, reajustado conforme data de assinatura do presente termo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Após o pagamento do valor total mencionado no caput da Cláusula Segunda, o CREDOR confere plena e total quitação ao débito, nada mais tendo a reclamar, em Juízo ou fora dele, a respeito de qualquer valor ou obrigação, referente ao período de 25/11/2016 a 30/09/2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Caso o DEVEDOR não satisfaça as obrigações nas datas estabelecidas, a importância em atraso será corrigida com juros e multa, na seguinte graduação Multa de 2% (dos por cento), sobre o valor em atraso e juros moratórios, fixados segundo a taxa que estiver em vigor para pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.







MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

TARD: 830/2018

**CLÁUSULA QUARTA** – A falta de cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelo DEVEDOR no presente instrumento ou a ocorrência das hipóteses enunciadas na Lei Civil, será motivo para o vencimento antecipado deste instrumento, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ocorrendo uma das hipóteses do artigo citado poderá também o CREDOR considerar vencidas, antecipadamente, todas as parcelas de amortização previstas neste instrumento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA QUINTA** – O não exercício pelo CREDOR de qualquer direito que lhe assegure este instrumento ou a lei, bem como sua tolerância quanto a eventuais infrações das Cláusulas e condições expressas no presente contrato não importará em reconhecimento de qualquer direito para o DEVEDOR ou a renúncia de qualquer direito do CREDOR, nem em novação ou alteração das cláusulas e condições aqui estabelecidas.

**CLÁUSULA SEXTA** – As partes contratantes obrigam-se por si, seus herdeiros e sucessores, ressalvado o disposto na Cláusula anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O DEVEDOR e os porventura coobrigados declaram para todos os efeitos e obrigações, que tiveram prévio conhecimento das cláusulas e condições expressas no presente termo, mediante cópias que lhe foram entregues com antecedência à data de assinatura e declaram, para todos os efeitos jurídicos e legais, não terem dúvidas sobre seu conteúdo, aceitando-as tal qual estão redigidas e declaram também que nada têm a reclamar quer no presente quer no futuro.

**CLÁUSULA OITAVA** – O DEVEDOR não poderá, sem prévio consentimento dado por escrito pelo CREDOR, ceder quaisquer direitos do presente instrumento bem como não poderá, remover, arrendar, locar, ceder ou gravar e/ou removê-los do local em que se encontram instalados os bens que constituem a garantia, sob pena de ineficácia em relação ao DEVEDOR de pleno direito do ato praticado.

**CLÁUSULA NONA: DO FORO** – As partes elegem o Foro da Justiça Federal de Fortaleza, conforme § 2º do Artigo 55 da Lei nº 8.666/93, para dirimir todas as questões e dúvidas oriundas deste instrumento. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo.





MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

TARD: 830/2018

E por assim estarem acordes, as partes firmam o presente contrato em três vias de igual teor, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Fortaleza/CE, 23 de Outubro de 2018.

CREDOR

LÍRIS SILVEIRA CAMPELO CARNEIRO  
Superintendente Regional do DNIT no Estado do Ceará

DEVEDOR

HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

TESTEMUNHAS

CPF: 054492603-00

Processo nº 50600.012178/2011-73 e 50603.000600/2018-94

CPF: \_\_\_\_\_

